

No fundo do poço

JOSÉ CARLOS AZEVEDO

O relatório final da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes manteve a sistemática dos trabalhos do Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior e da Comissão de Estudos Constitucionais; confundiu educação com administração, cuidou de assuntos regulamentáveis em portarias, ignorou a realidade brasileira; distribuiu recursos públicos em cornucópias e criou obrigações para o Estado, esquecendo-se de dizer de onde virá o dinheiro; talvez por ser isso óbvio: do bolso do contribuinte.

Não é razoável comparar o número de artigos da bicentenária Constituição norte-americana (sete artigos e 28 emendas) com os do relatório citado (29 artigos) mas é razoável lembrar que essa Constituição não menciona as palavras educação, cultura, ciência ou esportes, talvez sugerindo que a prodigalidade de artigos em texto constitucional não alterará nossa deprimente situação nesses setores.

Fomentando o empreguismo, o relatório assegura que "Lei federal definirá incentivos para os profissionais de nível superior que, imediatamente após o término do curso, exercem suas atividades em áreas afastadas dos grandes centros urbanos"; eis uma proposta disparatada até porque muitas dessas "áreas afastadas" precisam de técnicos de nível médio e não de doutores incapazes de prover o próprio sustento sem a proteção do Estado. Há no relatório várias e várias incongruências mas limitar-me-ei a comentar duas; no parágrafo único do Art. 3º está escrito que "O acesso de todos os brasileiros à educação obrigatória e gratuita é um direito público subjetivo acionável contra o Estado mediante mandado de injunção". Deixando de lado que, se for assim, ricos e pobres estudarão de graça, é o custo do contribuinte, lembra que, ninguém pode questionar o direito do jovem à educação, nem o dever do pai de garanti-la; em sociedades democráticas, é a família a responsável pela educação de seus próprios filhos, cabendo ao Estado fazer cumprir a lei que a obriga a colocá-los na escola na idade própria; penalizar os pais que assim não procedam e, finalmente, oferecer educação de graça aos que não tenham condições materiais de estudar.

O relatório disciplina o "exercício dos direitos culturais", o "dever de cada um respeitar os direitos culturais dos outros" e a "responsabilidade de cada um em defender a cultura e denunciar, na forma da lei, os atos e as práticas contrárias". Sem saber o que seja "direito cultural", observe que é nociva para o País a criação dos "deveres duros" da cultura e que não há como colocá-los em prática proposta inconstitucional.

É inadiável mudar a educação brasileira e nem se discute se a Constituição deve ou não fixar diretrizes gerais; mas o relatório — dizem que devido aos "ritas" da educação — é um texto tecnicamente irrelevante, pedagogicamente inoperante e politicamente nocivo aos interesses nacionais. Teria surgido um bom texto se, por exemplo, tivessem adotado várias outras propostas, entre elas as do senador João Calmon. Se o relatório for incorporado ao texto constitucional, as escolas privadas, leigas e religiosas, fecharão as portas pois, apesar de incultas, esses pseudo-pedagogos sabem porfiar pelo que querem: estabelecer a educação para dominá-la. É nessa maneira eficiente de moldar as mentes e as consciências dos jovens; como se já não bastasse a pregação esquerdizante que fazem através de livros, alguns custeados pelo MEC. Quanto a esse ministério, ainda hoje destina menos de 1% de seus recursos orçamentários para o 1º grau e mais de 73% para o nível superior que, apesar disso, oferece, em média, ensino de qualidade a quem dá desejável; no setor público, a universidade brasileira apresenta agora uma das maiores relações professor/aluno do mundo, cerca de 14,7, umas cinco vezes maior que a existente nos Estados Unidos,

cerca de 1/23; mesmo assim, não há como comparar a produtividade da universidade norte-americana e a da brasileira, bastando ver o volume de pesquisas lá feito.

Discute-se atualmente, com vivo interesse, se a crise nacional é de ordem econômica ou política, mas na realidade ela é de ordem moral e isto se deve à falência de nossa educação, pródiga em recursos e parca de exemplos, idéias e resultados. É de tal ordem o descabro do ensino superior no Brasil, agora que as associações de classe assumiram o seu controle, que dentro em breve talvez tenhamos de importar profissionais; isso não se deve apenas a aspectos organizacionais e administrativos da Universidade nos dias de hoje, mas ao conteúdo do que se ensina e não está longe da realidade dizer que, nos três primeiros semestres, o aluno das universidades aprende o que, há trinta anos, constava dos currículos dos cursos clássicos e científicos.

Essa falência do ensino, junto com a crise moral que se manifesta em tantos setores, fez surgir a ogeriza nacional à elite e àqueles que cultivam padrões de moralidade pessoal e pública; em vez dessas virtudes, que geram as riquezas das nações, valorizamos o "mitirão", o "jeitinho", o "pensamento positivo", a "corrente pra frente" tidos como atributos mais altos de nossa gente nos dias atuais. Ignoram que o desenvolvimento de qualquer nação está indissoluvelmente ligado à qualidade do ensino que oferece e ao nível de escolarização de seu povo. A Inglaterra foi talvez a única nação do mundo, ou pelo menos a mais importante, que conseguiu se desenvolver antes de universalizar a educação fundamental; mas isso só foi possível porque tinha uma indústria altamente sofisticada e homens de empresa capazes e clarividentes que, afinal, deram início à Revolução Industrial. James Brindley, John Mac Adam, James Hargreaves, James Watt, John Wilkinson e Robert Fulton entre outros. Mais ainda, sua ciência sempre foi de alto nível, bastando lembrar que o primeiro esforço bem-sucedido de compreensão do Universo, que prevaleceu até o início deste século, foi feito por Newton e que Maxwell, Faraday, Dirac e Eddington são ingleses. Há também exemplos em contrário; a vizinha Argentina tinha o mais alto padrão de vida da América Latina à época em que a Universidade de Buenos Aires, dos prêmios Nobel, Houssay e Leloir, era uma das melhores do mundo. Com o advento da demagogia e incompetência do regime Peron, a grande nação de Sarmiento sofreu graves abalos dos quais dificilmente se recuperará. As universidades argentinas, concomitantemente, caíram de padrão e acolheram demagogos e incapazes; quem não se lembra de Peron exibindo ao mundo o "seu cientista" que obtivera o controle da fusão nuclear que hoje os EUA, a URSS e países europeus ainda não conseguiram?

No Brasil, as universidades são um peso morto e, quanto ao resto, não há porque ocupar o tempo do leitor. Quando Alice, a do País das Maravilhas de L. Carroll, perseguiu o coelho enfatotado que olhava as horas em seu próprio relógio de bolso, ela caiu em um poço e, na queda, conjecturou que, ou o poço era muito fundo ou ela caiu muito devagar pois conseguia ver, com clareza, tudo o que se passava ao seu redor e até podia prever o que iria acontecer; no fundo do poço, Alice bebeu uma poção mágica e ficou reduzida ao tamanho dos animais que lá estavam, coelhos, ratos, patos e outros, mas logo se acostumou à sua nova e reduzida estatura. A educação brasileira está em queda livre há pelo menos dez anos e, já chegando ao fundo do poço, alguns se acostumaram (mas uns poucos ainda resistem) a conviver com incompetentes, farsantes, desonestos e outros de estatura ainda menor. Mas vamos todos para o fundo do poço e, devido à relatividade de muitas coisas, logo se acostumarão a padrões de comportamento, curiosidades e ambições bem reduzidos. É pena.